



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 110/X/4.^a

Aos dezasseis dias do mês de Julho do ano dois mil e nove reuniu, pelas dez horas, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

10H00

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 103 e 104;
2. Apreciação e Votação do Relatório Final da **Petição n.º 561/X** da iniciativa da CGTP-IN, *“Solicitam à Assembleia da República a revogação do factor de sustentabilidade; o respeito pelo regime transitório da fórmula de cálculo das pensões e a alteração dos critérios do Indexante dos Apoios Sociais”* - Deputado Relator: Miguel Santos (PSD);
3. Reapreciação da **Proposta de Lei n.º 268/X (GOV)** – Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril e da **Proposta de Lei n.º 276/X (GOV)**, que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;

11H00

4. Audições no âmbito da apreciação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 268/X (GOV)** - Procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril:
 - **11H00 – Universidade de Évora;**
 - **12H00 – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;**

15H00

5. Discussão e votação na especialidade do **Projecto de Lei n.º 640/X (PSD)** - *“Alteração do Regime de Apoio ao Acolhimento Familiar”*;



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6. Discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)**, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (conclusão);
7. Discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 282/X (GOV)** - "Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de Segurança Social".

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião, pondo à votação as Actas n.ºs 103 e 104, que foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, por ainda não se encontrar presente o Deputado relator, o Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) apresentou de forma sucinta o relatório final da Petição n.º 561/X/4.^a, concluindo pela sua remessa a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República para agendamento da sua apreciação em Plenário da Assembleia da República, com conhecimento aos peticionários.

Submetido à votação foi o relatório final da petição supra identificada aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu que, como ainda não se tinham concluído as audições a propósito da Proposta de Lei n.º 268/X (GOV), fosse adiada qualquer tomada de decisão a seu respeito até à conclusão das audições agendadas. Já quanto à decisão relativa à Proposta de Lei n.º 276/X (GOV) propôs que a mesma fosse tomada da parte da tarde.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) concordou com esta sugestão por entender que importava saber o que esteve na origem da apresentação do requerimento, pelo PS, de baixa à Comissão sem votação, daquelas propostas de lei.

Já o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou, a respeito da Proposta de Lei n.º 276/X que, tendo estado aquele diploma envolvido numa tão grande "embrulhada", não vislumbrava condições para que se procedesse à sua discussão e votação na especialidade na presente Legislatura, pelo que seria preferível adiá-la.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Do mesmo modo, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse ter a convicção de que a Comissão estaria em condições de tomar a decisão de deixar a apreciação da proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas para a próxima Legislatura, não só para cumprimento da lei-quadro das associações públicas profissionais como para promover uma discussão alargada com todos os intervenientes no processo à semelhança do que sucedeu com a revisão do Decreto n.º 73/73.

Também o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) opinou que o adiamento da reapreciação da Proposta de Lei n.º 276/X não deveria ser para a parte da tarde, como foi proposto pelo PS, mas para a próxima Legislatura, por não existirem condições para proceder à sua discussão e votação na especialidade.

Concluída a discussão deste ponto, foi antecipado, por consenso, o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, pelo que teve lugar, de seguida, nos termos regimentais, a discussão e votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 640/X (PSD) - "Alteração do Regime de Apoio ao Acolhimento Familiar", a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Refira-se ainda que se procedeu à elaboração do respectivo relatório de votação.

Numa intervenção inicial, a Senhora Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS) disse que o GP do PS considerou como boa a solução constante daquele projecto de lei do PSD no sentido de repor a identidade de comparticipação financeira relativamente ao acolhimento familiar quer este seja feito por famílias de acolhimento sem relações de parentesco quer com laços de parentesco com a criança acolhida, ainda que com alguma ponderação na sua aplicação. Já quanto à proposta relativa às necessidades adicionais, o GP do PS não a considerou muito adequada, pelo que propôs a sua eliminação.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) interveio para dizer que, ainda que não lhe caiba fazer a defesa da iniciativa legislativa apresentada pelo PSD, foi a mesma esvaziada de conteúdo.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto quatro da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão começou por cumprimentar o Sr. Prof. Manuel Lopes, em representação da Universidade de Évora, agradecendo desde logo a sua presença no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 268/X (GOV), que procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril. Esta audição foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Após uma intervenção inicial do presidente do Sr. Prof. Manuel Lopes, usaram da palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Bernardino Soares (PCP) e Miguel Santos (PSD), tendo o Sr. Prof. Manuel Lopes prestado os esclarecimentos solicitados.

Concluída esta audição, teve lugar a do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, que foi representada pelo Sr. Vice-Presidente Prof. Rui Teixeira e pela Sra. Prof.ª Conceição Bento. Após os cumprimentos e apresentações iniciais o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Sr. Prof. Rui Teixeira para uma exposição inicial. De seguida teceram comentários e solicitaram esclarecimentos, os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Miguel Santos (PSD) e Mariana Aiveca (BE), que foram respondidas pelo Sr. Prof. Rui Teixeira e pela Sra. Prof.ª Conceição Bento.

Após esta audição, a reunião foi interrompida às treze horas e trinta minutos, sendo os trabalhos retomados às quinze horas.

O Senhor Presidente reiniciou a reunião pelas quinze horas e dez minutos.

Antes do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) solicitou a palavra para questionar a Mesa sobre a apreciação da Proposta de Lei n.º 276/X (GOV).

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS se encontra a diligenciar no sentido de encontrar o consenso possível, nomeadamente, junto do Grupo Parlamentar do PSD, pelo que de momento ainda não é possível qualquer calendarização da reapreciação.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) esclareceu que se trata de uma proposta de lei do governo, que é suportado neste Parlamento pelo PS e que é falso que dependa de



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

qualquer resposta do Grupo Parlamentar do PSD, até porque, o seu Grupo Parlamentar se encontrava em condições de reapreciar o diploma nessa mesma reunião.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) aproveitou para solicitar esclarecimentos sobre a Proposta de Lei n.º 268/X e reiterou que o Grupo Parlamentar do PCP não concorda com nenhuma das reapreciações e que ambos os diplomas deveriam ser retirados ou, pelo menos, não reapreciados na Comissão.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou que o diploma relativo aos Técnicos Oficiais de Contas não deveria ser discutido neste momento até por causa das dúvidas que levanta. Em relação ao diploma que altera o estatuto da Ordem dos Enfermeiros, as audições realizadas demonstram que este diploma levanta inúmeras questões que importava discutir e não existe tempo.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que tendo em conta os diplomas em causa e as dúvidas que levantam, bem como o calendário da Comissão na semana seguinte, parecia-lhe que não existia nem tempo, nem condições para uma reapreciação.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) solicitou de novo a palavra para questionar o Grupo Parlamentar do PS, desta feita, sobre o diploma relativo à Ordem dos Enfermeiros.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o "dossier" relativo à Proposta de Lei n.º 268/X se encontra a cargo da Senhora Deputada Isabel Santos (PS), que não se encontra presente na reunião, pelo que reserva a opinião do seu Grupo parlamentar para momento posterior.

O Senhor Presidente da Comissão prosseguiu então os trabalhos e introduziu o ponto seis da Ordem de Trabalhos, no qual se concluiu a discussão e votação na especialidade, nos termos regimentais, da Proposta de Lei n.º 270/X (GOV), a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Refira-se ainda que se procedeu à elaboração de respectivo relatório de votação

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, procedeu-se à discussão e votação da Proposta de Lei n.º 282/X (GOV), que aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

laborais e de Segurança Social, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio, tendo ficado posteriormente acessível na Internet na página da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Refira-se ainda que se procedeu à elaboração do respectivo relatório de votação

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezoito horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de Agosto de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Helena Oliveira
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Jorge Strecht
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
João Bernardo
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Carneiro
Mário Mourão
Odete João
Teresa Moraes Sarmento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Costa Amorim
Maria Cidália Faustino
Pedro Quartin Graça